

Sem limites: o transumanismo como regressão civilizacional¹

Rui Alexandre Grácio
Universidade de Aveiro

[SLIDE1]

Introdução

De um modo abrangente, podemos dizer que transumanismo propõe um futuro em que a humanidade possa superar as suas limitações naturais por meio da tecnologia. Neste sentido, ele repousa numa pulsão metafísica de imortalidade. Ao contrário de reconhecer que o humano tem limites inultrapassáveis — fazendo a finitude parte da condição humana —, o transumanismo, mais de que considerar que temos de lidar com limites que podemos modificar, aspira à ausência de limites, a descartar os limites do humano, propondo uma alteração radical da sua natureza, que passará a ser totalmente construída e controlável. Na sequência do transumanismo fala-se, então do pós-humano.

A conversão (e a cruzada) digital a que hoje assistimos — na qual a inteligência artificial desempenha um papel fulcral — vai precisamente nesse sentido, visando a ampliação e o aprimoramento das capacidades humanas em diferentes níveis: no cognitivo, no da imortalidade digital e da singularidade (onde se aspira a que a consciência humana possa ser transferida para um ambiente digital ou para um corpo cibernético, superando as limitações biológicas) no da moral e no da fusão entre o biológico e o técnico.

Na abordagem que aqui desenvolverei, irei realçar como a aposta na IA é um aspecto fundamental dos ideais transumanistas. E farei esta articulação defendendo criticamente que o chamado mundo digital que permite a vulgarização do recurso à chamada inteligência artificial coloca três questões centrais que, aliás, o filósofo Éric Sadin analisou incisivamente numa trilogia de livros constituída pelos títulos *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique* (2015), *La silicolonisation du monde: l'irrésistible expansion du libéralisme*

¹ Comunicação apresentada na Conferência Beira Inverno, da iniciativa de O BEIRA - Observatório de Ideias Contemporâneas Azereado Perdigão, que decorreu no Solar do Vinho do Dão, em Viseu, no dia 8 de março de 2025.

numérique (2016) e *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical* (2018).

Sem respeitar a ordem cronológica de edição dos livros desta trilogia, as questões que se levantam, e que aqui retomo, são as seguintes:

1) a questão do antihumanismo (ou seja a emergência de “uma humanidade maternalizada, incubada, teleguiada a partir de servidores, que nos mostra a irrupção sorrateira de uma regressão civilizacional” (Sadin, 2018, p. 212).

2) a questão da racionalidade algorítmica e de uma “vida algorítmica” ligada à expansão do “liberalismo digital” e à proliferação da Inteligência Artificial (considerada por Sadin como o “desafio do século”).

3) a questão do aparecimento de uma nova forma de colonização.

Estes três aspetos representam, para retomar a expressão de Sadin, uma regressão civilizacional. Começarei pelo anti-humanismo.

1. Anti-humanismo

Recordo o título do livro, que sintetiza bem a ideia: *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical*. O alvo visado é pois a IA na sua relação com o futuro do humano. A questão, para Sadin, é que o crescimento exponencial da IA “torna marginal (e aniquila no longo prazo) o tempo humano da compreensão e da reflexão, privando os indivíduos e as sociedades do seu direito de avaliar os fenómenos e de testemunhar (ou não) o seu consentimento, em suma, do seu direito de decidir livremente o curso de seus destinos” (Sadin, 2018, p. 24).

Este alerta tinha aliás sido já feito por Joseph Weizenbaum quando, a propósito do computador, escreveu que “dos muitos caminhos para a inovação social que esta invenção abriu para o homem, o mais fatídico foi tornar possível ao homem a sua abstinência em relação a todo o pensamento deliberado sobre mudanças substanciais” (1976, p. 281).

Para além de muitos pensadores recusarem a analogia entre inteligência computacional e inteligência humana – e, pela nossa parte diríamos que uma das diferenças fundamentais é que a segunda, ao contrário da primeira, tem energia própria, havendo uma outra diferença fundamental que é a maneira de conceber a

memória – e alertarem para a dimensão perniciosa dos ideais e das promessas de perfeição para que a inteligência artificial remete, funcionando como uma espécie de regime de verdade, é também de assinalar o perigo do pensamento computacional acabar por deter o monopólio da racionalidade. Isso porá em perigo modos de ver plurais e a capacidade essencial de lidar com a incerteza e com o imprevisível. A este respeito, Sadin proclama que

teremos que viver um conflito de racionalidades na medida em que cada uma delas compromete valores e determina modalidades de existência opostas em todos os pontos. Esta deve ser uma das maiores lutas políticas do nosso tempo. (Sadin, 2018, p. 37)

Com efeito, contra a assimetria comunicacional dos sistemas algorítmicos e seus efeitos de diluição da força comunitária, força para a qual concorre uma sociabilidade assente na diversidade das subjetividades e na construção de uma inteligência compartilhada, negociada e ética, há que fazer apelo à valorização de uma sensibilidade irreduzível a dados e em que está presente o poder intempestivo, e inconformado, do humano.

Se se considerar a IA como o desafio do século e a virmos como algo que vai contra o humanismo, então o que está em causa é, de novo, a própria questão do entrelaçamento da racionalidade e do humano. Nesse sentido podemos enunciar algumas oposições em que nos devemos empenhar e que enumero sinteticamente, em jeito de manifesto, da seguinte forma:

- Contra uma racionalidade totalizadora alimentada pela ideia de ilimitado, assumir os limites de todos os seres e recursos e atuar em conformidade;
- Contra a ideia de que é possível erradicar a desordem e controlar o curso de todas as coisas, saber viver com a contingência através da capacidade de construirmos um mundo comum preocupado em não danificar e não obcecado em controlar;
- Contra uma racionalidade que olha para os limites humanos como defeitos, honrar, na fragilidade da sua condição, as virtudes dos poderes criativos dos humanos;

- Contra uma racionalidade que promove aceleração sob o lema da permanente inovação, e que prega o triunfo generalizado do utilitarismo, fazer a apologia do inútil e do ocioso, do tempo que permite refletir e de modos de existência sem confinamentos digitais, individuais ou coletivos;
- Contra uma racionalidade que nos quer tornar dependentes de apoios à decisão, cultivar a capacidade de discernimento, de autonomia de juízo e a capacidade de divergir;
- Contra o monismo de valores de uma racionalidade que, de modo paranoide, procura antecipar e ratificar o curso dos acontecimentos, numa ambição de controlo e segurança desmesuradas, saber viver com o inantecipável, com o inesperado e com a polarização em valores a que é preciso dar consistência coletiva em permanência;
- Contra uma racionalidade que procura sacudir para o lado das questões de natureza operacional e técnica assuntos que afetam diretamente os cidadãos, afirmar a dimensão transversal da política nas nossas vidas e reivindicar o poder político dos nossos atos;
- Contra a *hybris* da racionalidade algorítmica, seguir o caminho da sobriedade, da consciência dos limites e da corresponsabilidade perante os humanos e os não humanos;
- Contra uma racionalidade que nos nega a nós mesmos e subordina os ideais de autonomia à dependência e à adição face ao digital, persistir numa ideia de razão como proporção justa, prudente e que reconhece os limites da analiticidade como constitutivos da convivencialidade humana.

Penso que terá já ficado claro que o anti-humanismo radical de que nos fala Sadin está intimamente associado ao que podemos designar como racionalidade algorítmica. Vale a pena aprofundar este conceito.

2. Racionalidade algorítmica

Éric Sadin (2015) e Fernanda Bruno (2022) afirmam que, por detrás da crescente digitalização da cultura, vigora uma espécie ideal de racionalidade. Este

ideal, alimentado pelo espírito de rigor e de necessidade das matemáticas, traduz-se na eliminação de ambiguidades pelo recurso a processos de cálculo que transformam informação em conhecimento. Tal tipo de racionalidade idealizada condensa a pulsão humana em subsumir todos os fenómenos existentes a esquemas lógicos demonstráveis, replicáveis, controláveis e em permanente atualização.

Este ideal de racionalidade algorítmica remonta à ideia de *mathesis universalis*, ou seja, a uma ciência geral que, independente daquilo a que se aplica, seja capaz de tudo explicar em termos de quantidade, ordem e previsibilidade. A expressão chega de longe, mas aparece explicitamente mencionada em filósofos racionalistas do século XVII (como por exemplo Descartes) e prolonga-se até aos nossos dias.

Hoje, esta noção surge sob a forma de uma inteligência artificial geral ou daquilo que Pedro Domingos (2017) chama de “algoritmo mestre”, ou seja, um processo de automatização simuladora do funcionamento cerebral ou, ainda, uma automatização ensinada a desempenhar uma variedade infinita, tanto de tarefas simples, como de funções complexas. Trata-se, para este autor, de chegar a um

único algoritmo que combine as características-chave de todos eles: o algoritmo-mestre definitivo. Para alguns, trata-se de um sonho inatingível, mas para muitos de nós, trabalhando na aprendizagem automática, é o que nos põe um brilho nos olhos e nos leva a trabalhar noite dentro. A existir, o Algoritmo-Mestre será capaz de derivar todo o conhecimento do mundo — passado, presente e futuro — a partir de dados (Domingos, 2017, p. 20).

Este ideal liga-se ao que hoje é também conhecido como o dataísmo, ou seja, resumidamente, à crença de que tudo podemos converter em dados capazes de serem processados e que, através desses dados e do seu tratamento massivo em larga escala, por intermédio de algoritmos, teremos acesso às respostas que precisamos para solucionar os nossos problemas.

Em vez de um discurso de deslumbramento tecnológico, optei aqui por enumerar, de uma forma necessariamente sucinta, alguns aspetos que são o

reverso desse deslumbramento e que constituem motivos de profunda inquietação.

Em primeiro lugar, trata-se de uma racionalidade instrumental, monopolista e neoliberal que se infiltra e tende a instaurar-se hegemonicamente, sendo totalizante, unilateral e assimétrica e tendendo a desprover de relevância as racionalidades alternativas, nomeadamente a racionalidade argumentativa e as práticas democráticas deliberativas que implicam ambiguidades e conflito. Este conflito de racionalidades deve ser, segundo Sadin, e como referido anteriormente, “uma das principais lutas políticas do nosso tempo” (2015, p. 261).

Em segundo lugar, a racionalidade algorítmica, na sua vertente de IA generativa, assenta na maximização do papel da mediação automatizada. Não só nos tende a tornar apêndices da comunicação — originando aquilo que poderíamos designar como uma quarta ofensa narcísica (a inteligência deixa de ser um exclusivo humano) — como introduz ecrãs entre o olhar e os olhos, dificultando e empobrecendo as relações interpessoais face a face. É claro que, sob o signo da eficácia produtivista, a racionalidade algorítmica visa livrar-nos do que se revela supérfluo e redundante em termos de velocidade operacional, alienando-nos da dimensão humanamente vital desse supérfluo e redundante e reconduzindo todo espaço de ócio ao de negócio.

Em terceiro lugar, a racionalidade algorítmica é extrativista: alimenta-se da coleta de dados. Os sensores, coletores de informação, substituem crescentemente a nossa experiência sensível direta.

Na realidade, a datificação da experiência sensível está associada a um comportamentalismo de dados, a uma condutividade baseada no paradoxo da pernicioso combinação entre autonomia e adição. Como observou Bruno Patino, “a sociedade digital agrupa um conjunto de hipnotizados pelos ecrãs” (2019, p. 20). Mas, mais do que isso, ela sujeita-nos a viver naquilo que Fernanda Bruno designou como “laboratório de plataforma” (2019) no qual nos transformamos em cobaias através das interações com o maquínico algorítmico.

Em quarto lugar, a racionalidade algorítmica lança o humano no cognitivamente desproporcional², tendendo a instituir essa racionalidade como um

² Como notou S. Zuboff “No contexto dessa nova forma de mercado que eu chamo de capitalismo de vigilância, a hiperescala se torna uma ameaça profundamente antidemocrática”. (2018, p. 49)

regime dogmático de verdade. O tempo dos resultados do processamento informacional massiva é inacessível aos humanos que, todavia, os utilizam para se orientarem e neles confiam para tomarem decisões.

Mais. A racionalidade algorítmica cruza com um sistema de governamentalidade e conduz àquilo que Paulo Vicente classificou como “algocracia”, a qual, nas suas palavras “reconfigura os pressupostos e os critérios tradicionais de legitimidade na participação cívica. Consequentemente, o sistema interpela os fundamentos da autonomia humana e da democracia participativa - desde logo porque, (...) os sistemas sociotécnicos que o compõem têm vindo a ser normalizados através do uso, antes de serem debatidos e regulados” (Vicente, 2023, pp. 10-11). Com efeito, as subjetividades estão cada vez mais a ser moldadas — em “tempo real” — pelos modos de pensar e sentir induzidos pelos aparatos sociotécnicos e pela dimensão performativa da racionalidade algorítmica.

Em quinto lugar, a racionalidade algorítmica está associada a uma sociedade de vigilância, colonizadora e de adestramento comportamental, sendo pertinente falar de uma “economia psíquica dos algoritmos” (composta pelas camadas económica ou mercadológica, pela camada epistemológica e pela camada de gestão e controlo comportamental) (Bruno, Bentes e Faltay, 2019), ou seja, de um processo de mineração de dados relativos a perfis psicométricos e emocionais dos utilizadores com vista a manipular os seus comportamentos, seja a nível do consumo, da visão de mundo ou da cidadania.

Posto isto, que lugar queremos dar ao sentido evocado pelo humano numa sociedade democrática? O ímpeto da eficiência agora potenciado pelo digital (racionalidade algorítmica) deverá sobrepor-se às nossas próprias decisões, ou estas últimas figuram na proporção humana pela qual, agora mais que nunca, se deve clamar? Quando falamos de proporção humana estou a referir-me, enfatizo de novo, aos limites humanos da analiticidade e do cálculo, limites que se repercutem numa ideia de autonomia humana, não como capacidade de impor normas, mas sim como capacidade de lidar com a contingência, associando por isso a noção de ética à de incerteza.

É claro que podemos superar os limites da analiticidade através de sistemas complexos e artificiais de cálculo, mas isso significa colocarmo-nos numa posição

de dependência que esvazia o nosso poder de agência social e política, comprometendo a prática de uma racionalidade argumentativa, matricial dos regimes democráticos, em detrimento de uma racionalidade algorítmica propensa a gerar um regime fundado na ignorância, na manipulação e na servidão. Para dar um exemplo que nos coloca no fulcro da inquietação, vale a pena citar a seguinte passagem de Fernanda Bruno, escrita em 2019:

O presidente Jair Bolsonaro há pouco tomou uma decisão completamente equivocada, ao meu ver, vetando o direito (previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) de um usuário solicitar a revisão humana de uma decisão automatizada. Entende-se, com esse veto, que a racionalidade algorítmica (que, claro, não é atributo do algoritmo em si, mas de uma rede de corporações, protocolos, códigos, interesses econômicos etc.) deve ser impermeável à revisão e ao questionamento de grande parte da sociedade, o que é desastroso. (Bruno, 2019)

Esta mesma questão – a da substituição dos juízes por procedimentos de decisão levados a cabo por um sistema de inteligência artificial de justiça — é equacionada no filme *Justiça Artificial*, lançado em 2024, com direção de Simón Casal.

Chego finalmente à articulação entre os ideais transumanistas e uma nova forma de colonização, até porque não os podemos desligar das ambições de poder de que estão eivados.

3. Colonização

Retomando o pensamento crítico de Sadin vale a pena fixarmo-nos agora no livro, *La silicolonisation du monde: l'irrésistible expansion du libéralisme numérique* (2016).

Como o título anuncia, a ideia principal parte da consideração de que as empresas tecnológicas de Silicon Valley, nas suas pretensões predatórias e expansionistas, estão eivadas de um espírito colonialista. Chamá-íamos a isto um

neo-colonialismo digital onde a vida e interações humanas são capturadas por plataformas digitais e convertidas em matéria-prima do lucro de grandes companhias tecnológicas residentes num vale dos arredores de San Francisco. Nestas “novas colônias” regidas por empresas de Silicon Valley, tal como em colônias na acessão convencional, humanos são destituídos do seu poder de decisão e vistos como “mão-de-obra” de um projeto de captura algorítmica da sociedade. Se durante séculos a vocação de dominação e de poder incidiu sobre a natureza, nos nossos dias, com o transumanismo, ela volta-se para o humano, para a objetificação do humano como projeto técnico-cibernético.

É assim que, sob uma renovada forma de colonização, o liberalismo económico e social se atualiza face aos meios digitais de que agora dispõe, exponenciando os seus efeitos. Na promessa de novas formas de conexão que a internet e suas plataformas apregoam reside a base de aceitação social para a expansão do território digital. Na ubíqua vigilância deste novo território de sociabilização “a experiência humana, potencialmente em todas as suas camadas e aspectos, está a tornar-se alvo de extração lucrativa” (Couldry & Mejias, 2019, p. X). Estamos assim perante novas formas de extrativismo sustentadas num “capitalismo de vigilância (que) reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita que transforma em dados comportamentais” (Zuboff, 2020, p. 22).

E passo a concluir.

Conclusão

Sabemos que grande parte do debate acerca da digitalização da cultura e da inteligência artificial acaba por redundar em avaliações pragmáticas sobre a utilidade e os benefícios da sua utilização, os desafios que nos lança e os perigos que comporta. Sabemos também que o deslumbramento tecnológico acaba por levar a dianteira e que as práticas que criam dependências e adições nos invadem antes sequer de percebermos os seus condicionamentos. Como sagazmente assinalou Shoshana Zuboff, apontando para o fenómeno do esvaziamento do pensamento ou do impensar, “em vez de você precisar fazer perguntas, a Google deve ‘saber o que você deseja e lhe dizer antes que a pergunta seja feita’ (2018, p.

49). Sabemos ainda que a força social para o consenso, a ameaça de que se não acompanharmos o progresso, nomeadamente o tecnológico, ficamos para trás, e a sucessão geracional de quem vem ao mundo já imerso nas tecnologias digitais, sabemos que tudo isso dificulta dizer não e alterar rumos que parecem inevitáveis. Mas sabemos também que, onde há hegemonia, há resistência e apresentámos aqui sugestões para contrariar este rumo.

Voltando a citar Joseph Weizenbaum, “um sistema computacional que só permite certos tipos de questões, que somente aceita um certo tipo de “dados” e que não pode sequer, em principio, ser compreendido por aqueles que dele dependem, este sistema computacional fechou muitas portas que estavam abertas antes de se ter instalado”. (Weizenbaum, 1972, p. 283)

Considero que esse fechamento aponta para uma regressão civilizacional que urge contrariar, nomeadamente desenvolvendo uma teoria crítica do digital que ponha em relevo a unidimensionalização de uma percepção do mundo assente no cálculo de uma inteligência desencarnada e autonomizada.

A questão a discutir não me parece ser a de saber se é possível descartar os limites humanos (na verdade, não sabemos onde é que eles estão), mas se queremos mesmo optar, e em que termos, por essa direção, a do paradigma do ilimitado.

Isto, é claro, se resistirmos ao poder hipnótico do deslumbramento tecnológico, nomeadamente tal como ele manifesta na medicina, na indústria e no mundo dos negócios. E, já agora também, se abandonarmos a tendência da moda atual de, em qualquer coisa que parece mágico, ver a presença da inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt; LEONIDAS, Donskis. *Cegueira moral. A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Lisboa: Relógio d' Água, 2014.
- BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, V. 26, N. 3, set.-dez, 2019. DOI: 10.15448/1980-3729.2019.3.33095. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>
- BRUNO, Fernanda Glória. Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório. Entrevista com Fernanda Bruno. *DigiLabour*, 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno/>
- BRUNO, Fernanda Glória et al. “Tudo por conta própria”: autonomia individual e mediação técnica em aplicativos de autocuidado psicológico. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação &*

- Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 33-54, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1177093>
- BRUNO, Fernanda Glória (2022). Racionalidade algorítmica & subjetividade maquina. In: SANTAELLA, Lucia. (org.), *Simbioses do Humano e Tecnologias: Impasses, Dilemas, Desafios*. Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP, 2022. pp. 51-62
- BRUNO, Fernanda Glória; PEREIRA, Paula Cardoso; FALTAY, Paulo. Inteligência artificial e saúde: ressituar o problema. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 17, n. 2, pp. 235-242, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i2.3842.
Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3842>.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. *The costs of connection : how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DESCARTES, René. *Regras para a Direção do Espírito*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- DOMINGOS, Pedro. *A revolução do Algoritmo Mestre*. Lisboa, Manuscrito, 2017.
- PATINO, Bruno. *A Civilização do Peixe-Vermelho. Como peixes-vermelhos presos aos ecrãs dos nossos smartphones*. Tradução de Tiago Marques. Lisboa: Gradiva, 2019.
- ROUVROY, Antoinette. (2023). The end(s) of critique : Data behaviourism versus due process. In HILDEBRANDT, Mireille; KATJA, De Vries (Eds.), *Privacy, Due Process and the Computational Turn: The Philosophy of Law Meets the Philosophy of Technology*. London: Routledge, 2023. pp. 143-167.
- SADIN, Éric. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2015.
- SADIN, Éric. *La Silicolonisation du Monde*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2016.
- SADIN, Éric. *L' Intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle: Anatomie d'un antihumanisme radical*. Paris: Éditions de L'Échappée, 2018.
- SADIN, Éric. (2020). *La inteligencia artificial o el desafío del siglo. Anatomía de un antihumanismo radical*. Traducción de Margarita Martínez. Buenos Aires: Caja Negra Editora.
- VICENTE, Paulo Nuno (2023). *Os algoritmos e nós*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023.
- WEIZENBAUM, Joseph (1976). *Computer power and human reason*. New York & San Francisco: W. H. Freeman and company
- ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo, Boitempo, 2018. pp. 17-68.
- ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo da Vigilância. A disputa por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Lisboa: Relógio d'Água, 2020.